



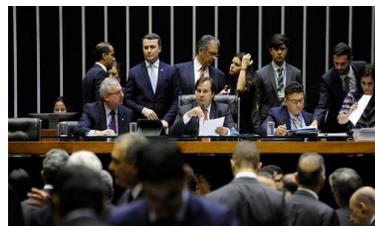
# Cenário Político

## Marcelo Moraes – 06/10/20

Diretorias Institucionais e Socioambiental

# HORA DE ESCOLHAS PARA BOLSONARO:

- **Agenda pós-pandemia:** o presidente tem ganhado tempo ao evitar decidir que tipo de soluções econômicas serão implementadas para enfrentar problemas como desemprego, inflação e aumento de gastos em 2021. Problema: tempo e capital político estão acabando.
- **Nondecisions:** Bolsonaro tem terceirizado decisões polêmicas para não contrariar grupos de pressão. Hoje tende a repetir essa dinâmica ao dar poder aos líderes governistas.
- **Guedes fica/sai?** O relevante é observar qual o compromisso de Bolsonaro com o modelo.
- **Variáveis em jogo:** popularidade (Renda Cidadã), projeção política (reeleição 2022), pressão do Congresso (mais gastos), pressão dos agentes econômicos (menos gastos).
- **Futuro:** o presidente tem capital político para tomar decisões importantes (oportunidade), mas parece não querer arcar com esse ônus. Risco é perder timing e sofrer consequências.



# ELEIÇÕES 2020

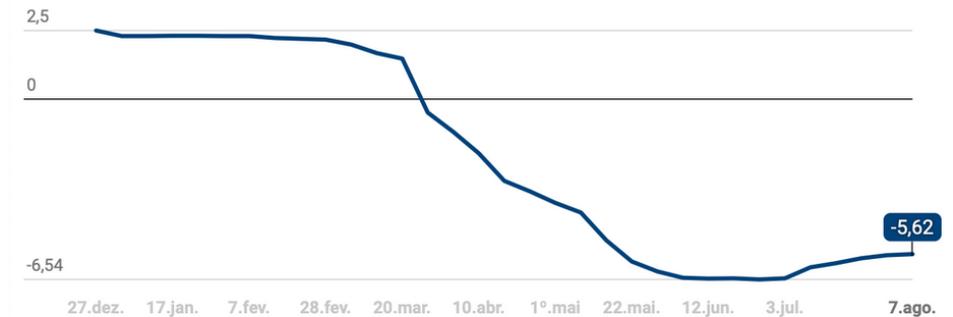
- **Congresso:** lógica diminuição da atividade legislativa a partir de outubro, prejudicando aprovação de agendas estruturantes ou temas estratégicos para o governo (Renda Cidadã, desoneração e novo imposto, orçamento 2021, etc.), assuntos que ficam para novembro/dezembro.
- **Governo:** presidente popular, mas sem partido ou estratégia para capitalizar politicamente o momento e fortalecer seu projeto de poder.
- **Fim das coligações:** nova regras incentivam número recorde de candidatos e começo do fim de pequenos partidos (fusão/incorporação).
- **Centro:** eleição importante para grandes partidos de centro (PSDB, MDB, DEM) após ampla renovação em 2018.
- **Fake News:** novo desafio para a Justiça Eleitoral, tentando evitar repetir cenário de 2018.



# ECONOMIA

- **PIB:** A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira vem sendo ajustada positivamente, indo a - 5,04%. Para 2021 a projeção é de crescimento de 3,50%.
- **Selic:** A expectativa é que a taxa se encerre em 2020 em 2% ao ano. Para o fim de 2021, a projeção é que chegue 2,5%
- **Inflação:** A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) está em alta (1,99% para 2,05%). Para 2022 e 2023, a previsão é 3,8% e 4,6% ao ano, respectivamente;
- **Dólar:** A previsão permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para 2021, a expectativa é que fique em R\$ 5.

projeção para o PIB em 2020  
em %



fonte: Boletim Focus - Banco Central

# REFORMA TRIBUTÁRIA

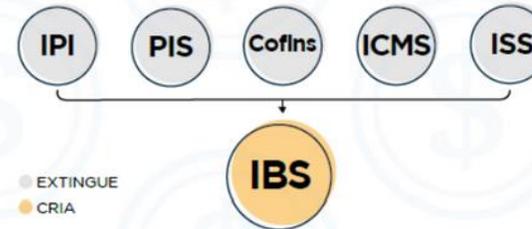
- Sem perspectiva de avançar com acordo para criação de novo imposto nas próximas semanas, a PEC 45/19 perde prioridade para o governo;
- Além das divergências sobre novo imposto, tampouco há acordo na criação de um fundo da União para arcar com perda de receita de estados e municípios.
- Divergências entre setor empresarial são evidentes.
- Há pressão política de governadores a favor da aprovação visando receita (movimento de pressão "top-down" ou "imposição").

## Proposta Câmara

PEC 45/2019

**PROPOSTA:** Idealizada pelo economista Bernardo Appy, a proposta tem o objetivo de simplificar os impostos sobre consumo com a junção do Cofins, PIS, IPI, nacionais, e ICMS e ISS, estadual e municipal e no Imposto sobre Bens e Serviço (IBS);

**TRIBUTOS SUBSTITUÍDOS:**

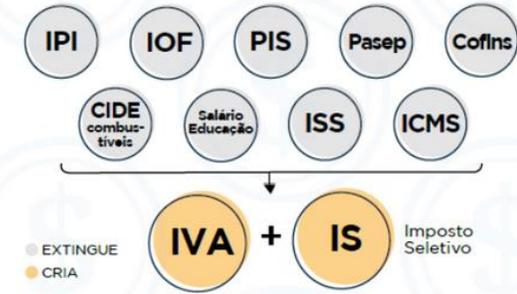


## Proposta Senado

PEC 110/2019

**PROPOSTA:** de autoria do Sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP), tem conteúdo idêntico ao Substitutivo aprovado na Comissão Especial da PEC nº 293/2004 da Câmara em dezembro de 2018, tendo como relator o então Dep. Federal e economista, Luiz Carlos Hauly;

**TRIBUTOS SUBSTITUÍDOS:**

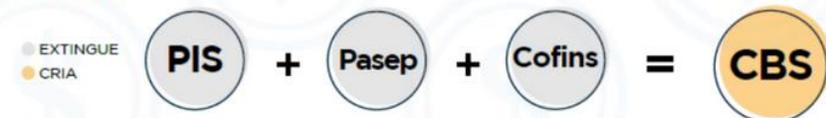


## Proposta Governo

PL 3887/2020

**PROPOSTA:** A primeira parte da reforma proposta pelo governo cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%, em substituição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O imposto sobre a receita bruta e seus acréscimos, como multas e encargos. A ideia é que sejam apresentadas mais três propostas sobre: Imposto sobre Produtos Industrializados (PIP); Imposto de Rende de Pessoas Físicas e Jurídicas; e, por fim, Folha de Salários.

**TRIBUTOS SUBSTITUÍDOS:**



# REFORMA ADMINISTRATIVA:

- O assunto perdeu prioridade dentro do governo ao concorrer com outras agendas.
- Não há clima político no Congresso para discutir uma reforma impopular em meio a uma disputa eleitoral.
- O assunto poderá ser retomado em 2021.
- Apesar do cenário acima, o corte de remuneração e de carga horária de servidores poderá ser decidido por meio da PEC 18//19, que trata sobre o pacto federativo e ainda estabelece uma série de gatilhos orçamentários
- Apesar do cenário acima, o corte de remuneração e carga horária de servidores defendido pelo governo poderá ser discutido por meio da PEC 188/19, que trata sobre o pacto federativo e ainda estabelece uma série de gatilhos orçamentários para preservar o teto de gastos.



# MP 998/2020

- Editada em 2 de setembro, a MP busca promover a modicidade tarifária, o alívio das tarifas para os consumidores do Norte e do Nordeste, e a retomada da construção de Angra 3.
- A matéria era aguardada pelo setor desde o fim da tramitação da MP 950.
- Alguns pontos da MP, como o fim do subsídio das fontes incentivadas, foram bem recebidos pelos agentes, que entendem que está alinhado com as propostas em discussão sobre a modernização do setor.
- Tramitação: o Congresso terá 120 dias para apreciar a matéria (31/12). Em razão do recesso parlamentar, o prazo ficará suspenso entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro, prorrogando a validade da MP até 8 de fevereiro de 2021. O
- Perspectivas: possibilidade de aprovação ainda em 2020. Diferente da MP 950, a nova medida traz temas de longo prazo e que precisam ser ratificados para que surtam efeito.
- Relator ainda não definido na Câmara. Indicação deve ficar para outubro/novembro.



# PLS 232/16 - MODERNIZAÇÃO:

- Com o recurso, a matéria ainda precisará ser analisada pelo Plenário do Senado;
- A matéria vem sendo tratada como prioridade pelo MME e pela ANEEL, que conjuntamente com o senador Marcos Rogério (DEM-RO) trabalham para conseguir apoio das lideranças e Alcolumbre para inclusão na pauta do Plenário, mas ainda sem sucesso;
- Os esforços tem sido concentrados na aprovação do GSF, para em seguida analisar o PLS 232;
- Em razão da falta de espaço no Senado, Marcos Rogério tem buscado convencer os senadores a retirarem o apoio ao recurso, o que permitira que a matéria seguisse para a Câmara;
- Apesar dos esforços ainda não há previsão de votação da matéria ou de retirada do recurso.

# PL 3975/2019 - GSF:

- Durante a pandemia houve articulação importante do senador Marcos Rogério (DEM-RO), bem como do MME, da ANEEL e de representantes do setor, possibilitando a aprovação da matéria na segunda semana de agosto.
- A aprovação do GSF resolve uma pendência conjuntural importante, abrindo espaço para que o setor avance na discussão de assuntos mais estruturantes rumo á modernização do setor;
- O artigo do Brasduto foi vetado pela Presidente e ainda aguarda deliberação do Congresso Nacional.

# PL 4476/2020 - LEI DO GÁS:

- Em 2020 a matéria passou a figurar como prioridade para o MME e para o Ministério da Economia.
- O PL foi aprovado na primeira semana de setembro conforme parecer da CME, sendo convergente aos interesses do setor de energia elétrica.
- A matéria aguarda análise pelo Senado (PL 4476/2020).
- Ainda não há perspectiva de deliberação, apesar de ter um bastidor movimentado em torno da definição do nome do relator.
- O senador Eduardo Braga (MDB-AM) é um dos nomes cotados para relatar o PL.

# CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA:

- Em julho o relator decidiu antecipar a apresentação do para parecer para avançar no tema, deixando a matéria pronta para ser deliberada quando as atividades forem retomadas;
- O adiantamento do calendário também está relacionado com a candidatura do deputado à prefeitura de Belo Horizonte;
- A matéria é extremamente complexa, uma vez que se propõe a unificar toda a legislação do setor, trazendo diversos pontos de divergência, o que irá dificultar uma aprovação célere;
- Válido lembrar que o CBEE é um anteprojeto de lei e há inúmeras etapas no processo legislativo ainda a ser vencidas pela proposta em discussão.



SCN Quadra 4  
Ed. Centro Empresarial Varig  
Sala 201-A - Asa Norte  
Brasília - DF - Brasil  
Tel : +55 (61) 3326-7122  
[www.abiape.com.br](http://www.abiape.com.br)

# Obrigado!





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DOS INVESTIDORES  
EM AUTOPRODUÇÃO  
DE ENERGIA